

## **LAISSER-ALLER PHILIPPE FAUCHER**

Luiz Carlos Bresser Pereira

*Folha de S. Paulo, 29/03/92*

A política econômica ora em curso é ao mesmo tempo a única possível e a pior alternativa. É a única possível porque a sociedade revela-se incapaz de visualizar outra. É a pior, porque destrói o aparelho produtivo do país, sem apresentar um mínimo de garantias de que promoverá a estabilização e a retomada do crescimento.

A sociedade brasileira defronta-se hoje com uma profunda crise. Não apenas uma crise econômica, que já dura doze anos, mas também uma crise política mais recente, desencadeada a partir do fracasso do Plano Collor I. A crise econômica é definida pela estagnação e pelas altas taxas de inflação; a política, pela inexistência de uma coalizão política, que defina os objetivos nacionais e dê apoio a política do governo. A consequência de uma crise dessa natureza é a imobilização do governo e da própria sociedade.

Em um quadro desse tipo é compreensível porque a política econômica em curso se torna a única possível. É a única porque é uma não-política, porque deriva do fracasso dos congelamentos anteriores, porque parte da inviabilidade de qualquer interferência efetiva do governo na economia. É uma não-política porque define-se pelo *laissez-aller*, porque espera que todos os problemas sejam automaticamente resolvidos pelo mercado, porque reconhece a impotência do governo em definir e implementar qualquer programa.

Esta visão está muito próxima do "choque liberal" ocorrido na Argentina em 1990, com o ministro Hernan Gonzales. Naquele momento, dado o retorno da hiperinflação no início do governo Menem, o governo argentino se viu completamente desarvorado e decidiu pela total liberalização. A crise só se aprofundou. E continuou se agravando até que o novo Ministro Domingos Cavallo manifestasse sua inconformidade com "a única alternativa possível" e decidisse por um ataque frontal a inflação: a "dolarização" em curso.

No Brasil estamos seguindo o mesmo curso. Com a diferença, porém, que nos últimos quatro meses a inflação parou de acelerar e, no último mês, caiu, fazendo ressurgir a esperança da sociedade brasileira quanto a viabilidade ou a efetividade do *laissez-aller*. Na verdade, essa política, que se pretende uma opção, é meramente uma resposta passiva da sociedade a sua própria impotência.

Esta impotência se manifesta, inclusive, na aceitação da recessão como algo inevitável. O único aspecto ativo da política é a taxa de juros extremamente elevada, que privilegia a especulação sobre a produção. Em consequência destrói-se o aparelho produtivo já tão debilitado, ao mesmo tempo que o Estado, como grande devedor, vê sua dívida pública interna, que foi reduzida pela metade em 1990, perigosamente aumentar. Com isso a crise fiscal, que está na base da crise brasileira, e que chegou ao auge em 1989, volta a se constituir em uma ameaça.

Mas não vale a pena incorrer nesses dois custos em troca da queda da inflação? Sem dúvida, valeria, se fosse possível definir uma tendência clara de queda e uma perspectiva realista do momento em que a inflação chegará a níveis razoáveis. A indexação informal da economia, entretanto, impede qualquer previsão desse tipo. O país fica, assim, sujeito a uma corrida contra o tempo. De um lado temos a recessão e a crise fiscal que se agravam em função da política econômica, de outro, nada indica que haverá tempo para que a queda da inflação compense esses custos. Estamos em uma corrida contra o tempo em que só pode haver perdedores.

No Brasil, não há consenso sobre o que fazer. Apenas, sobre o que não fazer. Protesta-se corretamente contra a política de estabilização, mas, quando um grupo de economistas e políticos se reúne com a equipe econômica, apóia a política. Resiste-se equivocadamente contra a liberalização comercial, mas, quando a indústria automobilística - um exemplo de ineficiência e de abuso de poder do mercado - se sente ameaçada, forma-se uma coalizão de última hora que se encarrega de transferir os custos do problema para o Estado, ignorando-se que o problema fundamental da economia brasileira é a quebra do Estado, é a perda do crédito público.

Na verdade, quando não há uma coalizão política mais ampla, quando não há uma definição de objetivos nacionais, quando a única política possível é o *laissez-aller*, a "solução geral" encontrada é transferir os custos para o Estado, que se imagina distinto da sociedade. Cada grupo, cada setor da economia, cada região do país descobre que a solução geral é muito particular: é cobrar os custos do Estado, é fazê-lo pagar uma conta que ele não tem a mínima condição de pagar, e assim perpetuar a inflação e adiar as reformas estruturais necessárias.

Esta situação perversa durará enquanto a crise não se transformar em caos. Na Argentina foi o caos econômico associado a hiperinflação e ao choque liberal que permitiu uma reviravolta na política econômica. A economia estava exausta. Os argentinos estavam exaustos. No Brasil felizmente ainda não chegamos ao nível da

exaustão. A economia brasileira é muito mais poderosa, diversificada e resistente do que a economia argentina. Temos ainda muito fôlego para suportar uma crise sem fim em nome de uma política sem esperança.

Philippe Faucher é professor da Universidade de Montreal e professor visitante da Universidade de Brasília. Luiz Carlos Bresser Pereira é professor da Fundação Getúlio Vargas e ex-Ministro da Fazenda.